

SICOOB AC CREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. Contexto Operacional

O SICOOB AC CREDI - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste e Nordeste Mineiro Ltda., é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1996, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB AC CREDI possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Governador Valadares - MG, Engenheiro Caldas - MG, Conselheiro Pena - MG, Belo Oriente - MG, Dom Cavati - MG, Resplendor - MG, Teófilo Otoni - MG, Itambacuri – MG e Aimorés - MG.

O SICOOB AC CREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31.01.2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes

envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	4.739.613,74	1.550.817,30
Relações interfinanceiras - centralização financeira	66.739.905,54	69.648.037,95
TOTAL	71.479.519,28	71.198.855,25

5. Títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa refere-se a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECREMGE, com remuneração de, aproximadamente, 100% do

CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE.

6. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	46.438.357,28	33.243.840,52	79.682.197,80	70.473.397,61
Financiamentos	7.376.003,19	20.479.051,78	27.855.054,97	13.022.199,72
Total de Operações de Crédito	53.814.360,47	53.722.892,30	107.537.252,77	83.495.597,33
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.390.414,29)	(4.920.133,08)	(7.310.547,37)	(3.048.690,26)
TOTAL	51.423.946,18	48.802.759,22	100.226.705,40	80.446.907,07

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	11.676.814,81	3.160.936,74	14.837.751,55	-	13.274.561,39	-
A	0,5%	Normal	31.385.811,95	11.949.406,69	43.335.218,64	(216.676,09)	34.163.375,41	(170.816,88)
B	1%	Normal	12.186.149,68	7.425.354,16	19.611.503,84	(196.115,04)	21.102.407,40	(211.024,07)
B	1%	Vencidas	467.659,56	12.044,69	479.704,25	(4.797,04)	93.460,03	(934,60)
C	3%	Normal	12.981.304,17	4.351.719,24	17.333.023,41	(519.990,70)	8.732.513,14	(261.975,39)
C	3%	Vencidas	876.947,79	266.861,53	1.143.809,32	(34.314,28)	489.890,66	(14.696,72)
D	10%	Normal	1.531.126,53	436.087,93	1.967.214,46	(196.721,45)	1.316.455,25	(131.645,53)
D	10%	Vencidas	536.715,62	58.836,40	595.552,02	(59.555,20)	155.489,49	(15.548,95)
E	30%	Normal	1.626.391,30	66.986,38	1.693.377,68	(508.013,30)	1.888.432,43	(566.529,73)
E	30%	Vencidas	762.478,44	43.527,49	806.005,93	(241.801,78)	304.920,65	(91.476,20)
F	50%	Normal	245.544,65	16.781,28	262.325,93	(131.162,97)	383.581,17	(191.790,59)
F	50%	Vencidas	243.686,75	5.950,04	249.636,79	(124.818,40)	182.827,56	(91.413,78)
G	70%	Normal	333.737,22	0,00	333.737,22	(233.616,05)	128.647,27	(90.053,09)
G	70%	Vencidas	137.042,38	14.382,41	151.424,79	(105.997,35)	227.506,47	(159.254,53)
H	100%	Normal	3.925.608,63	31.789,50	3.957.398,13	(3.957.398,13)	508.219,92	(508.219,92)
H	100%	Vencidas	765.178,32	14.390,49	779.568,81	(779.568,81)	543.309,09	(543.309,09)
Total Normal			75.892.488,94	27.439.061,92	103.331.550,86	(5.959.693,73)	81.498.193,38	(2.132.055,20)
Total Vencidos			3.789.708,86	415.993,05	4.205.701,91	(1.350.852,86)	1.997.403,95	(916.633,87)
Total Geral			79.682.197,80	27.855.054,97	107.537.252,77	(7.310.546,59)	83.495.597,33	(3.048.689,07)
Provisões			(6.887.608,88)	(422.938,49)	(7.310.547,37)		(3.048.690,26)	
Total Líquido			72.794.588,92	27.432.116,48	100.226.705,40		80.446.907,07	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	27.441.210,77	18.997.146,51	33.243.840,52	79.682.197,80
Financiamentos	1.944.681,56	5.431.321,63	20.479.051,78	27.855.054,97
TOTAL	29.385.892,33	24.428.468,14	53.722.892,30	107.537.252,77

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	30.251.189,17	6.130.964,95	36.382.154,12	34%
Setor Privado - Indústria	5.918.999,70	399.796,43	6.318.796,13	6%
Setor Privado - Serviços	29.524.033,46	10.862.644,80	40.386.678,26	38%
Pessoa Física	10.916.617,51	9.834.632,88	20.751.250,39	19%
Outros	3.071.357,96	627.015,91	3.698.373,87	3%
TOTAL	79.682.197,80	27.855.054,97	107.537.252,77	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(3.048.690,26)	(2.747.574,89)
Constituições/Reversões	(5.458.131,21)	(2.386.181,05)
Transferência para prejuízo	1.196.274,10	2.085.065,68
TOTAL	(7.310.547,37)	(3.048.690,26)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	4.337.342,18	4,00%	2.731.003,79	3,00%
10 Maiores Devedores	22.683.835,32	21,00%	19.526.647,71	23,00%
50 Maiores Devedores	42.635.796,85	40,00%	37.683.178,85	45,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	19.813.448,02	17.830.378,22
Valor das operações transferidas no período	1.384.088,82	2.496.705,04
Valor das operações recuperadas no período	(5.768.019,28)	(513.635,24)
TOTAL	15.429.517,56	19.813.448,02

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	159.223,47	167.795,21
Rendas de Empréstimos	14.541.488,30	12.624.608,07
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.762.114,28	4.004.941,11
Rendas de Financiamentos	2.949.605,64	1.912.965,21
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.982.577,62	678.030,89
TOTAL	29.395.009,31	19.388.340,49

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	259.034,32	221.534,56
Serviços prestados a receber	39.510,47	31.656,98
Outras rendas a receber	23.548,04	26.060,10
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	252.663,14	337.778,91
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais (c)	337.759,73	21.333,71
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	66,00	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	298,00	298,00
Devedores por depósitos em garantia (d)	1.266.968,84	1.383.104,43
Impostos e contribuições a compensar (e)	545.145,76	306.142,49
Imposto de renda a recuperar	2.254,00	-
Títulos e créditos a receber (f)	131.436,40	80.427,33
Devedores diversos - país	79.422,59	61.415,21

(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (g)	-186.193,16	-152.027,13
TOTAL	2.751.914,13	2.317.724,59

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CENTRAL CECREMGE referente ao mês de dezembro/2019.

(c) Refere-se ao adiantamento do PPR (Plano Participação de Resultados) 2019 pago aos colaboradores até um salário em maio/2019 sob o cumprimento de metas individuais ou da equipe conforme Acordo Coletivo 2019/2020.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$215.907,96), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$1.036.864,35) e Recursos Trabalhistas (R\$14.196,53).

(e) Refere-se a impostos a compensar sob saldo negativo do IRPJ e CSSL, referente aos anos de 2017 a 2019, os quais serão compensados com os mesmos ou com outros tributos no ano de 2020, mediante Perdcomp.

(f) Refere-se a tarifas pendentes a serem debitadas nas contas correntes dos cooperados.

(g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honrados		Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Normal	23.635,10	23.635,10	-7.090,53	7.357,74	-2.207,32
E	30%	Vencidas	50.866,00	50.866,00	-15.259,80	37.565,97	-11.269,79
F	50%	Normal	342,70	342,70	-171,35	1.523,64	-761,82
F	50%	Vencidas	29.687,05	29.687,05	-14.843,53	49.866,25	-24.933,13
G	70%	Vencidas	18.918,72	18.918,72	-13.243,10	41.219,80	-28.853,91
H	100%	Vencidas	135.584,75	135.584,75	-135.584,75	84.001,16	-84.001,16
Total Normal			23.977,80	23.977,80	(7.261,88)	8.881,38	2.969,14
Total Vencidos			235.056,52	235.056,52	(178.931,18)	212.653,18	149.057,99
Total Geral			259.034,32	259.034,32	(186.193,06)	221.534,56	(152.027,13)
Provisões			(186.193,06)	(186.193,06)		(152.027,13)	
Total Líquido			72.841,26	72.841,26		69.507,43	

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	6.533.068,31	0	2.698.391,00	0
(Bens Não de Uso Próprio – Imóveis)	(3.367.567,43)	0	0	0
Material em Estoque	350,00	0	350,00	0
Despesas Antecipadas (c)	172.328,42	0	214.840,82	0
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(216.756,99)	0	(197.898,99)	0
TOTAL	3.121.422,31	0	2.715.682,83	0

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor R\$3.165.500,88 referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Descrição do Bem	Data do Recebimento	Valor - R\$
Área de terras legítimas, medindo 39.094,76m ² desmembrada de porção maior, situada nos lugares denominados "Indaia Ribeirão do Campim, Capim e Bicuiba", genericamente conhecida como "Fazenda Palmital", BR-116.	28.06.2019	3.600.000,00
Apartamento nº:301, 3º pavimento do "Edifício Osmar Soares", com frente para a Rua José de Carvalho, nº1.236, Bairro Vila Euzébio Cabral, na cidade de Governador Valadares/MG	14.05.2019	270.000,00
Uma casa residencial coberta de telhas, lajeada, situada na Rua Brasília, nº:294 na cidade de Itambacuri.	31.08.2018	130.795,69
Lote 13 e 14 da quadra 57 com área total de 1.084,20m ² (mil e oitenta e quatro virgula vinte metros quadrados) na cidade de Conselheiro Pena/MG.	28.08.2018	701.979,92
Um veículo car/caminhão/c.fechada – Chassi:9BM979076GS037509 – Modelo:M.Benz/Accelo 1016 – Ano Fabricação :2016 Modelo:2016	12.05.2017	140.000,00
Lote de esquina nº08 da quadra "C" situados à rua "E", Bairro Village da Serra na cidade de Governador Valadares, matrícula nº: 41.415.	16.09.2016	88.289,42
Um terreno medindo 55.385,00m ² totalmente plana, sem edificação alguma no local denominado "Esgoto Pequeno" divisando com o bairro Vera Cruz na cidade de Governador Valadares, matrícula nº: 4.403.	30.04.2012	602.620,00
Um terreno medindo 20.000,00m ² totalmente plana, sem nenhuma edificação no bairro Vera Cruz na cidade de Governador Valadares, matrícula nº: 4.402.	30.04.2012	596.785,21
Lotes nºs de 01 a 07 na quadra nº:45 perfazendo uma área de 2.749,00m ² matrículas de nºs:39.395 a 39.401 e Lotes nºs de 10 a 14 da quadra nº:44 perfazendo uma área total de 1.470,00m ² matrículas de nºs:39.391 a 39.394 ambos na planta do bairro Jardim Atalaia na cidade de Governador Valadares.	30.04.2012	402.598,07
Total		6.533.068,31

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuições cooperativista, contribuições a fundos, IPTU e aluguéis.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central Cecremge	3.670.699,19	3.551.818,09
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	3.681.333,95	3.211.726,31
TOTAL	7.352.033,14	6.763.544,40

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		2.765.789,65	187.987,98
Terrenos		408.500,00	408.500,00
Edificações	4%	673.434,50	673.434,50
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(471.881,93)	(444.900,07)
Instalações	10%	1.100.284,36	1.355.767,89
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(313.631,67)	(649.617,22)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	907.718,35	1.064.761,36
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(607.934,41)	(753.411,01)
Sistema de Comunicação	20%	56.747,24	74.245,95
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.828.218,27	2.208.892,11
Sistema de Segurança	10%	160.444,14	223.286,97
Sistema de Transporte	20%	156.224,17	156.224,17
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.412.188,66)	(1.869.604,91)
TOTAL		5.251.724,01	2.635.567,72

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	2.730.714,81	2,00%	3.268.889,34	3,00%
10 Maiores Depositantes	16.434.782,58	12,00%	15.097.131,24	12,00%
50 Maiores Depositantes	39.842.853,23	29,00%	37.981.032,25	31,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(64.376,83)	(70.423,23)
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.087.213,83)	(5.034.960,23)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(195.764,36)	(173.193,28)
TOTAL	(5.347.355,02)	(5.278.576,74)

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	57.956,47	0,00	346.371,14	0,00
Sociais e Estatutárias	2.388.261,18	0,00	1.717.414,71	0,00
Fiscais e Previdenciárias	475.152,70	0,00	404.022,48	0,00
Diversas	3.328.557,80	1.372.668,55	2.537.352,72	1.377.894,76
TOTAL	6.249.928,15	1.372.668,55	5.005.161,05	1.377.894,76

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Participações nos Lucros (a)	742.368,66	395.282,59

Resultado de Atos com Associados (b)	488.103,21	178.009,11
Resultado de Atos com Não Associados	17,12	63,12
Cotas de Capital a Pagar (c)	1.157.772,19	1.144.059,89
TOTAL	2.388.261,18	1.717.414,71

(a) Refere-se ao valor provisionado para pagamento de participações no resultado do exercício 2019 conforme determinado pelo Conselho de Administração.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/Serviços de Terceiros	48.121,54	21.792,91
Impostos e Contribuições sobre Salários	358.044,37	334.779,60
Outros	68.986,79	47.449,97
TOTAL	475.152,70	404.022,48

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.825,96	0,00	1.680,48	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	593.049,70	0,00	574.353,48	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.689.583,23	0,00	1.271.303,89	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (b)	0,00	1.372.668,55	0,00	1.377.894,76
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	143.858,23	0,00	146.462,79	0,00
Credores Diversos – País (d)	889.240,68	0,00	543.552,08	0,00
TOTAL	3.328.557,80	1.372.668,55	2.537.352,72	1.377.894,76

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (férias e encargos incidentes, previdência privada dos colaboradores, honorários dos conselhos e Diretoria Executiva e salários colaboradores, – R\$1.130.859,21), água/energia/gás (R\$37.229,02), aluguéis (R\$3.000,28), comunicações (R\$13.564,15), compensação (R\$17.893,71), transporte de valores (R\$159.116,33), segurança e vigilância (R\$154.995,04), e outros (R\$172.925,49).

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (1)	1.252.772,31	1.252.772,31	1.229.256,59	1.229.256,59
Para Interposição de Recursos	119.896,24	14.196,53	148.638,17	153.847,84

Trabalhistas (2)				
TOTAL	1.372.668,55	1.266.968,84	1.377.894,76	1.383.104,43

(1) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

(2) Trabalhistas - Tem-se que os valores de depósito recursal foram efetivados para instruir recursos para 2ª e 3ª instâncias, interpostos em ações trabalhistas com perda parcial em 1ª instância.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$8.909.118,94 (R\$7.877.890,72 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Refere-se aos cheques depositados relativo a descontos enviados à compensação, porém, não baixados até a data-base de 31.12.2018 (R\$626.938,32), diferenças de caixa, compensação do Bancoob e diversas a regularizar (R\$232.665,84) e outros (R\$29.636,52).

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB AC CREDI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	25.033.156,44	26.847.304,94
Associados	14.157	12.426

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	9.762.064,27	3.556.759,76
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	9.762.064,27	3.556.759,76
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 45%	(4.392.928,92)	(1.600.541,89)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(488.103,21)	(177.837,99)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	4.881.032,14	1.778.379,88

16. Resultado de atos não cooperativos

No exercício de 2019 o resultado de atos não cooperativos apurado teve um valor negativo não havendo destinação.

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$1.051.962, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

18. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	524.585,10	325.905,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	244.683,95	233.211,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	50.450,14	36.013,21
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.427.660,89	2.068.616,67
TOTAL	3.247.380,08	2.663.745,88

19. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(79.367,23)	(78.206,84)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.149.849,75)	(1.138.406,22)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.437.910,68)	(1.382.284,56)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.073.287,40)	(1.844.688,19)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.511.760,15)	(4.849.729,56)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(51.981,35)	(28.680,52)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(59.530,10)	(35.765,35)
TOTAL	(10.363.686,66)	(9.357.761,24)

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(433.449,46)	(366.737,74)
Despesas de Aluguéis	(311.765,57)	(283.457,36)
Despesas de Comunicações	(488.901,95)	(497.038,98)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(71.528,89)	(83.175,04)
Despesas de Material	(114.657,50)	(83.155,28)
Despesas de Processamento de Dados	(940.668,58)	(762.727,54)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(102.326,88)	(121.021,37)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(290.485,54)	(91.533,76)
Despesas de Publicações	(3.600,00)	(4.912,40)
Despesas de Seguros	(122.295,78)	(89.679,02)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.922.564,96)	(1.498.069,17)
Despesas de Serviços de Terceiros	(508.432,08)	(465.368,58)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(997.110,28)	(908.717,45)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(384.744,71)	(223.201,63)
Despesas de Transporte	(1.103.032,14)	(1.079.810,60)

Despesas de Viagem no País	(95.261,00)	(111.470,77)
Despesas de Depreciação	(471.701,81)	(423.586,70)
Outras Despesas Administrativas	(431.453,83)	(276.483,80)
Emolumentos judiciais e cartorários	(314.141,61)	(108.862,81)
Contribuição a OCE	(69.708,89)	(80.386,41)
Rateio de despesas da Central	(171.687,11)	(170.067,42)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(36.186,94)	0,00
TOTAL	(9.385.705,51)	(7.729.463,83)

21. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	138.785,52	70.601,12
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	238.161,52	14.920,09
Dividendos	469.602,07	358.031,06
Deduções e abatimentos	12,97	0,23
Distribuição de sobras da central	118.881,10	165.280,60
Resultado da centralização financeira	0,00	351,46
Rendas de repasses Delcredere	4.394,80	6.204,32
Outras rendas operacionais	41.766,81	55.308,14
Rendas oriundas de cartões de crédito	2.132.552,20	1.458.263,45
TOTAL	3.144.156,99	2.128.960,47

22. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(135.923,24)	(81.565,66)
Despesas de Provisões Passivas	(235.556,96)	(110.893,78)
Outras Despesas Operacionais	(622.879,28)	(389.652,18)
Descontos concedidos - operações de crédito	(9.448,75)	(134.727,68)
Cancelamento - tarifas pendentes	(163.448,74)	(120.407,00)
TOTAL	(1.167.256,97)	(837.246,30)

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	24.020.027,15	8,4389%	22.056,61
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.687.490,99	0,9442%	25.554,97
TOTAL	26.707.518,14	9,3831%	47.611,58
Montante das Operações Passivas	400.000,00	0,4556%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5.772,13	85,93	0,5729%
Conta Garantida	30.974,95	210,59	0,8889%
Empréstimo	6.000.111,16	192.098,03	10,1501%
Financiamento	1.396.636,96	6.327,81	5,0139%
Títulos Descontados	2.232.679,98	610,10	13,8881%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.622.577,89	3,3768%	0%
Depósitos a Prazo	5.467.312,17	5,9550%	0,3757%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,0185%
Empréstimos	0,9325%
Financiamento	0,9425%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,0637%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,8774%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	10,2117%
Aplicações Financeiras	0,4556%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	11.210.918,03
Financiamento	3.558.051,83

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
447.235,47	633.935,86

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(79.367,23)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.149.849,75)
Encargos Sociais	(246.258,67)
Plano de Saúde	(10.763,07)

24. Cooperativa Central

A SICOOB AC CREDI - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste e Nordeste Mineiro Ltda., em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB AC CREDI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	403.574,23	405.003,66
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 6)	66.739.905,54	69.648.037,95
Ativo Permanente - Investimentos (nota 10)	3.670.699,19	3.681.333,95

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Ao final do exercício de 2019, o Sicoob AC Credi apresentou Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 36.826.702,26 e IB (Índice de Basileia) de 29,98, suficiente para amparar mais do que o dobro de ativos da carteira atual.

28. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB AC CREDI, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando aproximadamente R\$26 mil.

29. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários na modalidade Previdência Privada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

Governador Valadares/MG, 31 de janeiro de 2020.



IVO DE TASSIS FILHO

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



JOSE ELIAS NETO

DIRETOR DE OPERAÇÕES



ANA CRISTINA PEREIRA DOS ANJOS

CONTADORA 081217